

Políticas de Proteção Estudantil: Transformações no ensino superior recente

Acson Gustavo S.Oliveira¹, Dayane A. dos Santos^{2*}, Tamires A.dos Santos³, Vera Alves Cepêda⁴

1. Graduando do Depto. De Fisioterapia, UFSCar, membros do grupo PET – Usina de Reflexão;
2. Graduanda do Depto. de Ciências Sociais, UFSCar, membra do grupo PET – Usina de Reflexão;* dayane_der@hotmail.com
3. Graduanda do Depto. de Terapia Ocupacional, UFSCar, membra do grupo PET – Usina de Reflexão;
4. Pesquisador do Depto.de Ciências Sociais, UFSCar, tutora do grupo PET – Usina de Reflexão.

Palavras Chave: Assistência Estudantil, PNAES, Ensino superior

Introdução

Observando as profundas transformações ocorridas no cenário das políticas públicas do ensino superior público brasileiro na última década, com o processo de democratização de acesso e ingresso aberto a novos contingentes de alunos oriundos de camadas sociais mais pobres e vulneráveis, esta pesquisa foca as condições de surgimento de uma nova função social na gestão universitária calcada na expansão de mecanismos de proteção à assistência estudantil.

Com base nesse cenário, o objetivo geral desta comunicação é mapear o processo de construção da mais robusta política pública de proteção social (sistêmica) voltada para proteção social da comunidade estudantil do ensino superior já implementada no país. Nesse sentido procurar-se-á descrever a trajetória histórica e os momentos de constituição do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Como objetivos específicos a pesquisa buscou descrever a dinâmica histórica de sua constituição, avaliar os novos mecanismos de proteção social-estudantil por ela propostos (alíneas, bens e serviços, políticas de bolsa, público alvo atingido, etc), bem como mensurar a evolução de seus recursos (montante aplicado por ano) e número de beneficiários atendidos.

Resultados e Discussão

Nesta pesquisa realizou-se amplo levantamento de documentação como as normas e decreto que viabilizaram a implementação do PNAES (trajetória histórica) e o levantamento de dados quantitativos sobre recursos e volume de beneficiários (2008-2013). Também utilizamos o levantamento bibliográfico que trata de temas como proteção social e proteção social no ensino superior para municiar a discussão sobre as mudanças qualitativas nesse campo de políticas públicas. Sob o ângulo da análise do processo de constituição do PNAES destacamos três influências fundamentais: a) a pressão exercida por grupos ligados ao campo da gestão universitária e gestão da assistência estudantil como a ANDIFES e o Fórum Nacional de Pró- Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE); b) a consonância com as diretrizes fixadas pelo PDE/2007 e proposta original do PNE atualmente em vigência e c) a contrapartida necessária ao REUNI e democratização de acesso via Lei de Cotas/20012. Ao final, a construção do PNAES e sua metas, bem como a alavancagem de recursos aplicados, expressam uma mudança significativa do papel do atribuído hoje ao ensino superior público e suas funções, com destaque para a dimensão protectiva e áreas cobertas: moradia, alimentação, cuidados de saúde, transporte, políticas esportivas, políticas culturais, inclusão digital, creche, acessibilidade.

Conclusões

A expansão de acesso, com democratização de ingresso e aumento do número de vagas (síntese do REUNI, SiSU e Lei de Cotas - Lei 12.711/2012), gerou uma nova demanda de proteção, causa e motor da criação do PNAES e da multiplicação dos instrumentos e recursos para proteção social do aluno vulnerável socialmente nas universidades federais brasileiras, na forma de “mecanismos de permanência”, que em sua estrutura revelaram a preocupação com a permanência e outras alíneas que auxiliem o desenvolvimento e rendimento acadêmico desses grupos.

Agradecimentos

